

País quer recompor reservas

A indecisão dos governos dos Estados Unidos, Europa e Japão, de restabelecer o fluxo de financiamentos ao Brasil, através de suas instituições de crédito, preocupa as autoridades brasileiras que contavam com a liberação de novos recursos a curto prazo para recompor as reservas e enfrentar o longo e difícil período de negociação com os bancos, sob o regime da moratória.

Uma qualificada fonte da área econômica que atua diretamente na administração desses créditos, disse que a preocupação se justifica, pois apesar do Brasil ter firmado com seus credores do Clube de Paris um acordo de renegociação da dívida de US\$ 4,1 bilhões há mais de um mês, sob o compromisso do pronto restabelecimento do fluxo de recursos, não há indícios de que isso ocorra a curto prazo.

Segundo o funcionário, há o temor de que os Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Alemanha e França, os principais fornecedores de créditos governamentais ao Brasil, atrasem deliberadamente a abertura de negociações em torno da concessão de novos créditos voltados ao financiamento de projetos ou setores específicos da economia, na expectativa da definição de um acordo do Brasil com os bancos credores e da sustação da moratória, embora, formalmente, não haja relação entre as duas questões, pois a suspensão do pagamento dos juros não afetou a dívida com os governos, a qual já foi renegociada no Clube de Paris.

Desacerto

Outro obstáculo à retomada do fluxo de financiamentos dos órgãos governamentais de crédito ao Brasil diz respeito à negociação bilateral, para o acerto definitivo sobre como se processará o reescalonamento da dívida de governo a governo. Lembra o informante que o acordo concluído no Clube de Paris foi de natureza global, restando, agora, o acerto do Brasil com cada país credor em particular.

E nesse acerto que são definidos os créditos abrangidos pelo acordo global e as condições de pagamento específicas para cada país, embora respeitando os limites gerais acertados em Paris. O Brasil já providenciou esses ajustes bilaterais com alguns credores como os Estados Unidos e o Canadá, mas ainda há problemas com outros, como o Japão.

Os japoneses desejam que a negociação seja feita em Tóquio, alegando que, tradicionalmente, tal acerto é feito na sede do país credor, enquanto os brasileiros insistem em que tudo deva ser negociado em Brasília.

Recomposição

Além de divisas essenciais à recomposição das reservas, que o presidente Sarney afirmou serem de US\$ 3,9 bilhões, embora haja indicações de que elas estão limitadas a US\$ 2,4 bilhões, a urgência da retomada do fluxo de crédito externo de origem governamental tem outra explicação: são esses recursos que possibilitarão o financiamento do PRS — Plano de Recuperação Setorial — do setor elétrico, permitindo os investimentos que a Eletrobrás pretende fazer para aumentar a capacidade de geração, que o ano passado cresceu menos de 3.000 Mw.

Até meados do ano a Eletrobrás precisa receber do exterior pelo menos US\$ 700,0 milhões correspondentes à parcela da operação de co-financiamento de US\$ 1,2 bilhão celebrada com o Banco Mundial, que já liberou sua participação, no montante de US\$ 500 milhões.

Esses US\$ 700,0 milhões pela programação original, deveriam ser supridos pelos bancos privados, mas como estes se negaram a negociar com o Brasil, o governo passou a pedir a cooperação das instituições governamentais, reivindicando uma contribuição de US\$ 300 milhões do Eximbank Japonês. Quanto mais demorar a liberação desses recursos, mais se agravará a crise financeira da Eletrobrás.